

LACUNAS DE APRENDIZAGEM GERADAS PELA PANDEMIA DA COVID-19: UM OLHAR PARA O ESTADO DE SÃO PAULO

CRISTIANE MICHELE ALVES DE OLIVEIRA

Mestre pelo Curso de Biotecnologia em Medicina Regenerativa e Química Medicinal da Universidade de Araraquara - UNIARA, cristiane.michele87@gmail.com;

PRISCILA NISHIZAKI BORBA

Mestre pelo Curso de Biotecnologia em Medicina Regenerativa e Química Medicinal da Universidade de Araraquara - UNIARA, prj_cassimiro@hotmail.com;

RESUMO

O contexto da pandemia gerada pela Covid-19, vem desafiando autoridades de várias áreas que adotaram dispositivos biopolíticas de controle com o objetivo de regular a vida dos indivíduos. A utilização de meios de aprendizagem de forma remota para a continuidade das atividades educacionais fortalece positivamente a manutenção do comprometimento educacional à curto prazo, porém com diferentes resultados em relação a transmissão e absorção do conteúdo e até mesmo a dificuldade de acesso. O Estado de São Paulo retomou, no ano de 2019, o crescimento em todas as etapas de ensino. Houve o maior crescimento da história do estado no Ensino Fundamental e Médio, o Estado passou a ocupar novamente o 1º lugar. Porém, a pandemia trouxe grandes desafios novamente.

Palavras-chave: Lacunas de aprendizagem, Educação e Pandemia, Pandemia do Novo Coronavírus.

INTRODUÇÃO

Desde o final do ano de 2019, o mundo tomou conhecimento do aparecimento de um novo vírus, as autoridades chinesas comunicaram à Organização Mundial da Saúde (OMS), que imediatamente classificou o vírus com alto potencial de contaminação e letalidade para a população mundial. A OMS declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causado pelo novo coronavírus (Covid-19) consiste em uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional (PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020).

O contexto da pandemia gerada pela Covid-19 vem desafiando autoridades de várias áreas que adotaram dispositivos biopolíticos de controle com o objetivo de regular a vida dos indivíduos (PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020).

A crise de saúde gerada pelo novo coronavírus trouxe grandes preocupações entre as nações de todos os continentes, alterando profundamente as relações políticas e econômicas em escala global (PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020).

Desta forma, no início do mês de março de 2020, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) realizou o primeiro cálculo global da situação educacional impactada pela pandemia de Covid-19, como é chamada oficialmente. Neste relatório, foram registrados quase 300 milhões de alunos afetados em 22 países de três continentes pelo fechamento de escolas devido à expansão do vírus (PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020). O que culminou durante a difusão internacional do surto da pandemia de COVID-19 foi que os países afetados implementaram gradativamente no espaço intranacional diferentes estratégias de isolamento social, dentre as quais estão o fechamento de unidades escolares (creches, escolas, colégios, faculdades e universidades) e necessidade de formas alternativas à continuidade dos processos de ensino-aprendizagem, sendo que o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tornou-se o meio mais utilizado para a retomada de forma emergencial para o Ensino a Distância – EAD (SENHORAS; PAZ, 2019) e remoto nesse período de crise sanitária (SENHORAS, 2020).

Ainda nessa perspectiva, no início da pandemia em 2020, as redes de ensino pública e privadas no Brasil tiveram que suspender temporariamente

as atividades para controle da pandemia do Covid-19, pois o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), propôs aos líderes dos sistemas e organizações educacionais que desenvolvessem planos para a continuidade dos estudos por meio de diferentes modalidades, enquanto durasse o período de isolamento social, haja vista a necessidade de manter a educação das crianças, jovens e adultos durante a pandemia (CORDEIRO, 2020).

Assim, o que se percebeu é que houve um claro ciclo de contenção epidemiológica a COVID-19 em cada país gerou um mapa dinâmico de respostas diferenciadas no âmbito educacional, o qual apresentou pontos de convergências, tanto, nos contextos de isolamento social por meio de etapas de fechamento localizado e fechamento total das instituições de ensino, quanto nos contextos de reabertura social por meio de fechamento localizado/reabertura parcial e reabertura total dos estabelecimentos educacionais (SENHORAS, 2020). O Brasil não poderia ficar de fora deste cenário de contenções drásticas epidemiológicas a COVID-19, pois as consequências após a declaração de pandemia pela OMS em 2020, atingiu rapidamente a população mais vulnerável brasileira e o Ministério da Educação definiu critérios para a prevenção ao contágio da Covid-19 nas escolas na tentativa de não disseminar ainda mais o vírus pelo país e conseqüentemente, prejudicar essa população carente, porém o desafio fundamental da educação brasileira foi e tem sido se readequar ao cenário tecnológico, acessível e inclusivo para que os estudantes não sejam prejudicados com a pandemia (PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020).

Neste ínterim, com a suspensão das aulas presenciais, como medida de segurança sanitária, para não disseminação do vírus, as unidades escolares passaram a adotar o ensino a distância (EAD) a partir do dia 30 de março de 2020. A adoção das atividades não presenciais, apoiadas pelo uso dos recursos oferecidos pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), na tentativa de minimizar as perdas causadas, no campo da educação, pelo isolamento social, ou seja, as TICS surgem como uma alternativa para evitar que os estudantes sofram prejuízos no processo de ensino-aprendizagem e como possibilidade de enfrentamento da pandemia na área da educação, porém como muitas lacunas e dificuldades ainda serem enfrentadas pela escola, alunos e professores (PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020).

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) já previa a possibilidade de ensino a distância em casos emergenciais. A partir deste entendimento, os Conselhos de Educação de vários estados se

manifestaram para regulamentar e amparar as escolas que optaram em continuar com suas atividades pedagógicas de maneira remota (BRASIL, 1996 apud PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020).

No Brasil o ensino remoto que é atualmente utilizado em âmbito emergencial assemelha-se a EAD somente no que se refere a educação mediada pela tecnologia. Porém os princípios são iguais da educação presencial (CORDEIRO, 2020).

Em 19 de março de 2020, o MEC alterou o citado documento, pela publicação da Portaria nº345/2020. Em seu art. 1º, esta última Portaria dispõe o seguinte (BRASIL, 2020b apud PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020, p. 228):

Fica autorizada, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

A Resolução CNE/CEB n. 03/2018, em seu artigo 17, § 13, dispõe que (BRASIL, 2018 apud PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020, p. 229):

As atividades realizadas pelos estudantes, consideradas partes da carga horária do ensino médio, podem ser atividades com intencionalidade pedagógica orientadas pelos docentes, podendo ser realizadas na forma presencial – mediada ou não por tecnologia – ou a distância.

O MEC ainda conceitua a EAD (Ensino a Distância) como uma forma de “ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos [...] organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação” (BRASIL, 1998, p. 1 apud PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020, p. 229).

Costa (2017, p. 6 apud PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020, p. 229), define a EAD como:

Uma modalidade de educação planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação. É uma forma de ensino-aprendizagem mediada por Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) que permitem que o professor e o estudante estejam em ambientes físicos diferentes.

Os impactos da pandemia da COVID-19 são preocupantes sobre a educação pois criam um desequilíbrio sobre a sociedade, em que os fatores econômicos são considerados mais privilegiados devido ao amplo acesso as TICs, com isso minimizam os efeitos da pandemia a curto prazo. Desta forma, as famílias consideradas com maior escolarização e melhores condições econômicas dão continuidade aos seus estudos por meios de plataformas estáveis enquanto os mais vulneráveis economicamente são limitados devido pela falta de acesso à internet, dificultando a continuidade dos estudos durante e após a pandemia (SENHORAS, 2020).

A utilização de meios de aprendizagem de forma remota para a continuidade das atividades educacionais fortalece positivamente a manutenção do comprometimento educacional à curto prazo, porém com diferentes resultados em relação a transmissão e absorção do conteúdo e até mesmo a dificuldade de acesso (SENHORAS, 2020).

Ao comparar-se o ensino EAD com o remoto observa-se que o EAD apresenta metodologias, conteúdos e atividades educacionais adequadas em um contexto amplo de acessibilidade, já o remoto se tornou um pilar para resolução de problemas permanentes considerados a longo prazo durante e após a pandemia (SENHORAS, 2020).

As aulas remotas são realizadas em tempo real seguindo o mesmo horário das aulas presenciais, abordando as mesmas disciplinas diárias com o professor, seguindo o Plano de Ensino de cada instituição que foi adaptado para a situação emergencial vivida neste contexto epidemiológico da pandemia (CORDEIRO, 2020). E para manter as atividades educacionais durante o período de pandemia e isolamento social, muitas instituições de ensino optaram em utilizar o ensino remoto, por meio de atividades online direcionadas pelos docentes aos alunos, para diminuir o prejuízo ocasionado pela paralisação das aulas presenciais (CORDEIRO, 2020).

A maioria do corpo docente teve que se adaptar a nova realidade utilizando o recurso remoto. Também foi observada uma parceria entre família e escola em que se notou um maior engajamento da família nas atividades escolares, o que é algo notoriamente positivo em um processo de ensino aprendizagem. (CORDEIRO, 2020).

A modalidade remota foi um desafio para a sociedade, pois ninguém estava preparado para tamanha proporção, assim a utilização da tecnologia digital se tornou uma solução para o ensino remoto, porém tem seus efeitos limitantes. Um dos maiores desafios encontrados nestes tipos de tecnologias é a conexão à internet, porém ainda é considerado o melhor método

para minimizar a perdas dos conteúdos das aulas presenciais (CORDEIRO, 2020).

A invasão da escola no domicílio

O Governo Federal, em 01/04/2020, mediante a MP 934, realizou ajustes no calendário escolar, desobrigando parte do artigo 24, I que estabelece os 200 dias de efetivo trabalho escolar, porém mantendo as 800 horas (CURY, 2020).

Consequente, o Parecer CNE/CP 05/2020 de 30/04/2020, publicado no DOU em 04/05/2020, declara (CURY, 2020, p. 10):

as fragilidades e as desigualdades estruturais da sociedade brasileira que agravam o cenário decorrente da pandemia em nosso país, em particular na educação, se observarmos as diferenças de proficiência, alfabetização e taxa líquida de matrículas relacionadas a fatores sócio-econômicos e étnico-raciais.

Seguindo com o parecer:

‘Também como parte dessa desigualdade estrutural, cabe registrar as diferenças existentes em relação às condições de acesso ao mundo digital por parte dos estudantes e de suas famílias’ (CURY, 2020, p. 10).

Avançando, ainda que cumprindo os anos finais do ensino fundamental e do ensino médio (CURY, 2020, p. 10):

A legislação educacional e a própria BNCC admitem diferentes formas de organização da trajetória escolar, sem que a segmentação anual seja uma obrigatoriedade. Em caráter excepcional, é possível reordenar a trajetória escolar reunindo em continuum o que deveria ter sido cumprido no ano letivo de 2020 com o ano subsequente. Ao longo do que restar do ano letivo presencial de 2020 e do ano letivo seguinte, pode-se reordenar a programação curricular, aumentando, por exemplo, os dias letivos e a carga horária do ano letivo de 2021, para cumprir, de modo contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior. Seria uma espécie de “ciclo emergencial”, ao abrigo do artigo 23, caput, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua - Tecnologias da Informação e da Comunicação de 2018, divulgada pelo IBGE, no ano de 2020, mostra que uma a cada 4 pessoas no Brasil não tem acesso à internet (25,3%). Em área urbana, é de 20,6% e em área rural é de 53,5%. Metade dos que não têm acesso (41,6%) relata que não sabem usar a internet. Os celulares são o principal meio de acesso (97%) e 56,6% possuem computador (CURY, 2020).

De acordo com o princípio constitucional da autonomia dos entes federativos do art. 211 da CF/88, do art. 24, § 1º e do art. 22, XXIV, secundados pelo art. 8º da LDB, o CNE reconhece (CURY, 2020, p. 10):

Em Nota de Esclarecimento, de 18 de março de 2020, o CNE indicou que os sistemas de ensino (previstos nos artigos 16, 17 e 18 da LDB) devem considerar a aplicação dos dispositivos legais em articulação com as normas estabelecidas para a organização das atividades escolares e execução de seus calendários e programas. A gestão do calendário e a forma de organização, realização ou reposição de atividades acadêmicas e escolares é de responsabilidade dos sistemas e redes ou instituições de ensino. Assim sendo, por meio da sua Nota, considerando os dispositivos legais e normativos vigentes, o CNE reiterou que a competência para tratar dos calendários escolares é da instituição ou rede de ensino, no âmbito de sua autonomia, respeitadas a legislação e normas nacionais e do sistema de ensino ao qual se encontre vinculado, notadamente o inciso III do artigo 12 da LDB.

Seja por conta da autonomia assumida antes do parecer, seja por conta deste enfatizando a posição federativa e autonômica das decisões, a suspensão das atividades presenciais foi se dando desde março/2020, nos Estados e Municípios (CURY, 2020).

Isso indica que junto com a assinalação das desigualdades acima apontadas, houve em menor ou maior grau, perdas e danos para os estudantes, segundo a estratificação social e acesso às tecnologias digitais da informação e da comunicação (CURY, 2020).

Na área da educação, exceto no sistema hospitalar, o impacto foi a invasão da escola na casa, ou melhor, das escolas nas casas (CURY, 2020). O domicílio, antes tomado por rotinas relativamente separadas, tornou-se o lugar do fogão, da limpeza, do lazer, das trocas culturais pelo celular e do ensino, ou seja, tudo dentro do mesmo espaço (CURY, 2020).

A ocupação da escola na casa trouxe problemas de adaptação de um ensino remoto. A rotina precedente empurrava a casa para o trabalho, para o consumo, para o lazer e, um movimento de ir e vir de mais de 50 milhões de crianças e jovens para as escolas. Essa dinâmica, agora, foi substituído pelo ficar em casa (CURY, 2020).

A escola era e continua a ser o lugar mais permanente de convivência fora de casa: instituição de permanência contínua, sistemática, com uma frequência de pelo menos 5 dias por semana e por, pelo menos, 4 horas por dia. Não há outra instituição com iguais características em nossa sociedade (CURY, 2020).

A ocupação das escolas nas casas vem revelando a importância da figura e do valor profissional do professor, da professora, ficando evidente os limites de um ensino doméstico. Os pais, tutores ou cuidadores, exceto os que são profissionais do magistério, não são profissionalizados, não foram preparados para tal situação. E nem todos os profissionalizados, são para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental (CURY, 2020).

Os impactos gerados pela pandemia da COVID-19 na educação brasileira

A pandemia da Covid-19, gerou um grande impacto na aprendizagem dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública estadual, é o que indica a pesquisa realizada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), por meio de avaliação aplicada aos estudantes do 5º e o 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, no início do ano letivo de 2021, da Secretaria Estadual da Educação (Seduc-SP), pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) (BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

Em cada ano escolar, foram avaliados, aproximadamente, 7 mil estudantes, de diferentes perfis sociais e regionais do Estado, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Os testes foram aplicados em formato impresso e de forma presencial, incluindo itens baseados nas escalas de proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

O Estado de São Paulo retomou, no ano de 2019, o crescimento em todas as etapas de ensino. Houve o maior crescimento da história do estado no Ensino Fundamental e Médio, o Estado passou a ocupar novamente o

1º lugar. Porém, a pandemia trouxe grandes desafios novamente (BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

As crianças e adolescentes das famílias mais pobres já apresentam quase 5 vezes mais chances de não concluir o Ensino fundamental e o Médio do que as das famílias mais ricas (UNESCO, UNICEF, BANCO MUNDIAL, PROGRAMA ALIMENTAR MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020 apud BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO).

Durante a pandemia vários fatores prejudicaram o aprendizado, como, períodos longos sem aulas ou atividades pedagógicas, o prejuízo foi especialmente de crianças de famílias vulneráveis (COOPER, 2003 APUD ALEXANDER ET AL. 2007 APUD KIM & QUINN, 2013 APUD ATTEBERRY & MCEACHIN, 2016 apud BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

Durante todas as fases do ciclo pandêmico da Covid-19, foram afetados de uma forma distinta tanto docentes como estudantes de diversos níveis e faixas etárias, muitos pela assimetria educacional já existente que se acentuaram pela falta de planejamento do ensino e aprendizagem alternativos à distância quanto as lacunas de acessibilidade de docentes e alunos para a utilização das TICs para a promoção do ensino a distância (EAD) (SENHORAS, 2020).

A pandemia da Covid-19 teve efeitos críticos sobre a educação que merecem ser considerados como impactos negativos no processo de ensino aprendizagem como: aumento da evasão escolar as quais demandaram ações estratégicas em pouquíssimo prazo para a eventual continuidade dos estudos e empenho na criação de planejamentos para solucionar problemas escolares em médio prazo (SENHORAS, 2020).

A interrupção total dos ensinoss presenciais e virtuais criou um contexto problemático, pois com a paralisação do processo ensino aprendizagem no contexto pandêmico teve um aumento nas limitações de aprendizagem integral dos conteúdos pós-pandemia, com a volta de ciclos acadêmicos (SENHORAS, 2020).

Com a paralisação total das atividades escolares o aumento da evasão escolar se torna intensificado em médio prazo, pois o período pós-pandemia se concentrará em uma programação com diversos conteúdos educacionais, em um momento em que o mercado de trabalho é considerado dificultoso, exigindo esforços dos diversos integrantes de família em situação de vulnerabilidade (SENHORAS, 2020).

A pandemia do Covid-19 criou diversas repercussões negativas nos diversos Sistemas Nacionais de Educação que tendem a criar diversos ciclos

de desigualdade, que preocupante devido as diferentes classes sócias, regiões, setores públicos e privados e ainda na realidade educacional dos diversos níveis de ensino. (SENHORAS, 2020).

É importante destacar que o ensino nunca mais voltará como era antes, pois abriram-se novas formas de aprender e reaprender, os docentes e alunos foram libertados das paredes das salas de aula. Os docentes criaram uma forma de ensinar, avaliar e planejar no mundo digital. Os pais puderam entender qual é o papel do professor na educação onde eles não mediram esforços para recriar o método de ensino e aprendizagem (CORDEIRO, 2020).

Durante todas as fases do ciclo pandêmico da Covid-19 foram afetados de uma forma distinta tanto docentes como estudantes de diversos níveis e faixas etárias, muitos pela assimetria educacional já existente que se acentuaram pela falta de planejamento do ensino e aprendizagem alternativos à distância quanto as lacunas de acessibilidade de docentes e alunos para a utilização das TICs para a promoção do ensino a distância (EAD) (SENHORAS, 2020).

METODOLOGIA

Foi realizada revisão bibliográfica sobre o tema nas revistas acadêmicas científicas disponíveis on-line como: Google acadêmico e SciELO e no site do Ministério da Educação no período de dois mil e vinte a dois mil e vinte um, reunindo e comparando os diferentes dados encontrados nas fontes de consulta para a fundamentação teórica-científica que permitisse identificar as lacunas de aprendizagem geradas pela pandemia da Covid-19.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) em 2019 no Estado de São Paulo mostra que o ensino avançou. Ainda no mesmo ano, o Estado retomou o crescimento em todas as etapas de ensino, além do maior crescimento da história no Ensino fundamental (EF) e Ensino Médio (EM), São Paulo passou a ocupar novamente o 1º lugar dos Anos Finais com a rede estadual e o 1º lugar dos Anos Iniciais com a rede pública (BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

Porém, a pandemia trouxe grandes desafios, como:

- a. **maior risco de abandono e evasão:** As crianças e adolescentes das famílias mais pobres já apresentam quase 5 vezes mais chances de não concluir o EF e o EM em comparação com as famílias mais ricas. (Unesco, Unicef, Banco Mundial e Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas, 2020 apud BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).
- b. **prejuízos à aprendizagem:** Períodos longos sem aulas ou atividades pedagógicas prejudicam o aprendizado, especialmente de crianças de famílias vulneráveis (COOPER, 2003, ALEXANDER et al., 2007, KIM & QUINN, 2013 E ATTEBERRY & MCEACHIN, 2016 apud BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).
- c. **prejuízos à saúde mental:** Preocupações com o futuro, com a saúde e o longo período longe de amigos e familiares afetarão nossas crianças e jovens (Unicef apud BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

Para medir o impacto da pandemia de Covid-19 sobre a aprendizagem dos estudantes, no início de 2021, a SEDUC-SP realizou uma das primeiras e mais importantes pesquisas sobre o tema, com a realização de Avaliação de Língua Portuguesa e Matemática aplicada aos estudantes do 5º e 9º anos do EF e 3ª série do EM da rede estadual de São Paulo, com amostra de todas as classes sociais e regiões do estado. A aplicação ocorreu com a utilização de aplicativos externos a fim de garantir a confiabilidade e comparabilidade dos resultados (BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

Tabela 1 - Dimensões da Amostra.

		5º Ano Ensino Fundamental	9º Ano Ensino Fundamental	3ª Série Ensino Médio
Participação	Escolas	389	373	354
	Alunos	7.135	7.190	6.418

Fonte: Brasil - Ministério da Educação, 2021, p. 05.

Resultados – Língua Portuguesa

Tabela 2 - Comparativo SAEB 2019 e Avaliação Amostral 2021.

Etapa	SAEB 2019 ESTADUAL	AMOSTRAL 2021	DIFERENÇA DE PROFICIÊNCIA (AMOSTRAL - SAEB 2019)
5º Ano Ensino Fundamental	223	194	-29
9º Ano Ensino Fundamental	262	250	-12
3ª Série Ensino Médio	279	268	-11

Fonte: Brasil - Ministério da Educação, 2021, p. 06.

Resultados – Matemática

Tabela 3 - Comparativo SAEB 2019 e Avaliação Amostral 2021.

Etapa	SAEB 2019 Estadual	AMOSTRAL 2021	DIFERENÇA DE PROFICIÊNCIA (AMOSTRAL - SAEB 2019)
5º Ano Ensino Fundamental	242	196	-46
9º Ano Ensino Fundamental	261	248	-13
3º Série Ensino Médio	273	255	-18

Fonte: Brasil - Ministério da Educação, 2021, p. 07.

Resultados em contexto – Anos Iniciais

Tabela 4 - Evolução Temporal para o 5º Ano Ensino Fundamental – Língua Portuguesa – SAEB vs. Avaliação Amostral.



Fonte: Brasil - Ministério da Educação, 2021, p. 08.

Resultados em contexto – Anos Finais

Tabela 5 - Evolução Temporal para o 9º Ano Ensino Fundamental – Língua Portuguesa – SAEB vs. Avaliação Amostral.



Fonte: Brasil - Ministério da Educação, 2021, p. 09.

Resultados em contexto – Ensino Médio

Tabela 6 - Evolução Temporal para o 3ª Série Ensino Médio – Língua Portuguesa – SAEB vs. Avaliação Amostral.



Fonte: Brasil - Ministério da Educação, 2021, p. 10.

Resultados em contexto – Anos Iniciais

Tabela 7 - Evolução Temporal para o 5º Ano Ensino Fundamental – Matemática – SAEB vs. Avaliação Amostral.



Fonte: Brasil - Ministério da Educação, 2021, p. 11.

Resultados em contexto – Anos Finais

Tabela 8 - Evolução Temporal para o 9º Ano Ensino Fundamental – Matemática – SAEB vs. Avaliação Amostral.



Fonte: Brasil - Ministério da Educação, 2021, p. 12.

Resultados em contexto – Ensino Médio

Tabela 9 - Evolução Temporal para o 3ª Série Ensino Médio – Matemática – SAEB vs. Avaliação Amostral.



Fonte: Brasil - Ministério da Educação, 2021, p. 13.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos iniciais do ensino fundamental para se chegar ao mesmo patamar de aprendizado de 2019 é necessário crescer três vezes a mais em Língua Portuguesa do que normalmente os estudantes aprendem em um ano. Já nos anos finais, para chegar-se ao patamar do aprendizado de 2019, é necessário crescer em Língua Portuguesa mais do que normalmente os estudantes aprendem em um ano. Em matemática, nos anos finais do ensino fundamental, para chegar-se ao patamar de aprendizado de 2019, precisa-se crescer 3 vezes mais do que normalmente os estudantes aprendem em um ano.

No ensino médio, para chegar-se ao patamar de aprendizado de 2019, precisa-se crescer mais do que o dobro que os estudantes aprendem em Língua Portuguesa em um ano. No entanto, nas quatro últimas edições do SAEB, os estudantes do ensino médio subiram 5 pontos a cada ano em Matemática. Sendo assim, seriam necessários mais de 3 anos para recuperar a aprendizagem defasada durante a pandemia.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação, **Secretária da Educação do Estado de São Paulo**. Estudantes dos anos iniciais tiveram regressão na aprendizagem durante a pandemia, mostra avaliação. Seduc-SP aponta que o reforço de ações em curso e a retomada das aulas contribuem para reduzir impacto atual, 2021. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/estudantes-dos-anos-iniciais-tiveram-regressao-na-aprendizagem-durante-pandemia-mostra-avaliacao/>>. Acesso em: 11 de jun. 2021.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino. 2020. Disponível em: <<http://repositorio.idaam.edu.br/jspui/handle/prefix/1157>>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação escolar e pandemia. **Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 8-16, 2020. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/download/23749/16761>>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

DE JESUS PEREIRA, Alexandre; NARDUCHI, Fábio; DE MIRANDA, Maria Geralda. Biopolítica e Educação: os impactos da pandemia do covid-19 nas escolas públicas. **Revista Augustus**, v. 25, n. 51, p. 219-236, 2020. Disponível em: <<https://apl.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/554>>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

SENHORAS, Eloi Martins. Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 5, p. 128-136, 2020. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/boca/article/view/Covid-19Educacao>>. Acesso em: 10 de jun. 2021.